

O português popular europeu dos séculos XVI–XIX e a sua importância para o estudo do Galego Médio

Xosé Manuel Sánchez Rei
Universidade da Coruña (Galiza)

This article is centred around the linguistic information supplied by 16th and 18th century Portuguese grammar books, when, using as a basis the Lisbon variety, these works condemn the use of dialect or popular expressions habitually used. Like Galician, the language spoken in the territories lying to the North of the River Miño did not possess grammatical works until the 19th century, and so the information contained in these Portuguese grammars allows us to approach, with a reasonable degree of reliability, certain features of Middle Galician, a period in which the language, in Galicia, was only used at an oral level and was practically non-existent in any educated or written usage.

Keywords: Portuguese grammar books, Middle Galician, dialects, popular expressions

1. Introdução

O galego-português, que foi língua lírica peninsular nos reinos cristãos durante a época medieval, vai correr, a partir da Idade Moderna, uma sorte bem distinta se nos referimos aos territórios situados ao norte do rio Minho, a Galiza, ou às terras do sul, Portugal. Ao passo que este país leva a língua pelos cinco continentes por causa dos descobrimentos e das colonizações ultramarinas, a nação galega, pelo contrário, vê como ela própria acaba convertida numa remota colónia relativamente ao domínio castelhano. Por outro lado, enquanto a literatura desenvolvida em Portugal continua a tradição medieval, a gerar uma produção qualitativa e quantitativamente surpreendente, o galego-português na Galiza, em confronto, deixa praticamente de ser empregue, tendo de aguardar até ao século XIX para recobrar a condição de língua escrita. Paralelamente, foi enformando-se uma variedade standard em Portugal, centrada ao redor do eixo Lisboa-Coimbra, segundo explica Teyssier (1994, p. 35):

Por volta de 1350, no momento em que se extingue a escola literária galego-portuguesa, as consequências do deslocamento para o Sul do centro de gravidade do reino independente de Portugal vêm à tona. O português, já separado do galego por uma fronteira política, torna-se a língua de um país cuja capital [...] é Lisboa [...]. E o eixo Lisboa-Coimbra passa a formar desde então o centro de domínio da língua portuguesa. É, pois, a partir dessa região, antes moçárabe, que o português moderno vai constituir-se, longe da Galiza e das províncias setentrionais em que deitava raízes. É daí que partirão as inovações destinadas a permanecer, é aí onde se situará a norma.

As impressões de Teyssier parecem estar fundamentadas, para além de outros factos, em afirmações como esta de Francisco Manoel de Mello, publicada nos seus *Apologos Dialogaes* de 1721: “se cá entre nós dissessemos se fallava mais elegante em Coimbra, que em outra parte, não mentiríamos, sendo alli o coração e alma das sciencias que se ensinam e aprendem” (in Vasconcellos, 1987, p. 54). Mas a Galiza, contrastivamente, não pôde conhecer nenhuma fala “elegante”, nem a emergência de um standard, como se passou em Portugal, nucleado à volta da universidade, de um centro de poder ou de uma corte régia. O país galego vê o seu próprio idioma, que era falado por mais de 90% da população nos inícios do século XX (Sanmartín Rei, 2002, pp. 77–80),¹ relegado às classes sociais menos favorecidas. A língua nos territórios galegos fica, assim, confiada a si mesma, sem academias, sem gramáticas, reprovada no ensino, varrida da administração, condenada pela justiça e proscrita pela igreja.

Deste modo, a distinta projecção cultural e política dos dois países é o que explica a abundância de estudos linguísticos sobre o português, o que contrasta com a situação da Galiza, pois só sairão do prelo, na segunda metade do XIX, as primeiras gramáticas. Ainda que, durante o século XVIII, os clérigos Sarmiento e Sobreira tivessem deixado preciosos apontamentos de carácter linguístico (e não só), as primeiras obras de conteúdos gramaticais feitas para o galego emergem nos anos finais do século seguinte e correspondem aos trabalhos de Mirás (1864), Cuveiro Piñol (1868), Saco Arce (1868) e Valladares (texto redigido em 1892 embora publicado em 1970). De uma perspectiva galega, é absolutamente surpreendente a quantidade de títulos sobre gramática ou retórica portuguesas que recolhe Cardoso (1994) desde 1536, ano em que se publica a *Grammática da Lingoagem Portuguesa* de Fernão de Oliveira, até 1920.² Esse percurso dos estudos e trabalhos linguísticos portugueses, iniciado por Oliveira, faz com que os autores tenham consciência de fazerem parte de uma tradição que remonta à Idade Moderna, coisa que não pôde acontecer na Galiza, devido à colonização espanhola. A este respeito, as palavras de Bernardo de Lima e Melo Bacelar no seu “Prólogo” à *Orthographía Philosophica da Lingua Portuguesa*, de 1783, não fazem senão situarem o autor nessa sucessão de estudiosos, neste caso ponderando a ortografia

como principal protagonista, talvez um dos assuntos mais relevantes da linguística portuguesa do XVIII:

Imprimirão Orthographías da Lingua Portugueza o grande Aires Barbosa em 1517, Barros em 1539, Nunes de Leão em 1576, Baráta em 1572, Gandávo em 1574, Vera em 1631, Barreto em 1649, Bento Pereira em 1666. E neste seculo Alvares, Costa, Carméllo, Sotomaior, e Madureira, o qual logra a maior acceitação (in Torres, 1996, p. 159).

Dada a importância da metrópole, da universidade e dos mosteiros que se encontram na região lisboeta, a variedade linguística de que se parte vai ser, fundamentalmente, a da Estremadura, de modo que, em geral, são condenadas ou reprovadas todas as singularidades gramaticais e lexicais não pertencentes a essas falas. Assim, fenómenos dialectais, regionais, populares... são proscritos, precisamente, por se não adequarem às características do falar da capital. Note-se que já Fernão de Oliveira, em 1536, dava conta da existência de certas regiões com uns traços linguisticamente singulares, o que constitui o primeiro testemunho publicado referido aos distintos modos de ser falado o português. Ao tratar as denominadas “dições vsadas”, indica que “os da beira têm hūas falas e os d’Alentejo outras: e os homens da Estremadura são diferentes dos d’Antre Douro e Minho, porque assi como os tempos, assi também as terras criam diversas condições e conçeitos” (in Torres & Assunção, 2000, p. 131). João de Barros, na sua gramática de 1540, deixa de manifesto que, na região do Minho, se reconhecem palavras antigas: “Nã sómēte os que achamos per escrituras antigas, mais muitos que se usam entre Douro e Minho, conservador da semente portuguesa: os quaães alguūs indoutos desprezam, por nam saberem a raiz donde nãcē” (in Castro, 1991, p. 41). E por sua vez, Duarte Nunes de Leão, o terceiro dos precursores da tradição filológica portuguesa, reparou, em 1576, na existência de áreas linguisticamente particulares, diferentes do eixo Lisboa-Coimbra: referindo-se à antiga terminação *-om* (>-ão), por exemplo, salienta na sua *Orthographia da Lingoa Portuguesa* que ainda a guardavam “alguns homens de Entre Douro e Minho e os Galegos, que dizem, *fizerom, amarom, capitom, cidadom, tabaliom, apelaçom*” (in Buescu, 1983, p. 90).³

Por outro lado, a maior parte dos gramáticos e estudiosos portugueses tem uma relativa consciência da unidade idiomática galego-portuguesa durante a época medieval, ainda que, em geral, o galego seja agora considerado como uma modalidade rústica e antiga do português, próxima dos falares setentrionais. Neste sentido, Neto (1992, p. 495) salienta que o “fato de haver constituído a língua comum abaixo da linha do Mondego, em Lisboa, faz com que no século XVI os arcaísmos tivessem um ‘ar’ agalegado”. E continua a assinalar este autor (Neto, 1992, p. 495) que o “impressor dos *Autos dos Apóstolos* (1505), hoje conhecido através de um códice alcobacense copiado em 1432, quase um século antes da impressão,

dizia com referência a muitas das palavras do manuscrito: ‘palavras do falar antigo que mais parecê galegas que portuguesas’”.

Nesta linha, Duarte Nunes de Leão, falando da origem do português, manifesta que as línguas da Galiza e Portugal “eram antigamente quase a mesma, nas palavras e nos ditongos e pronúnciação que as outras partes de Espanha não têm” (in Buescu, 1983, p. 219), para logo referir os motivos de não poderem, na altura, verificar essa identidade:

Da qual língua galega a portuguesa se avantajou tanto, quanto na cópia como na elegância dela vemos. O que se causou por em Portugal haber reis e corte que é a oficina onde os vocábulos se forjam e se pulem e donde manam para os outros homens, o que nunca houve na Galiza (in Buescu, 1983, p. 220).

Também têm interesse as impressões de Jerónimo Contador de Argote (*Regras da Língua Portuguesa*, de 1725), referidas às línguas faladas na fronteira portuguesa, possivelmente incluindo o galego: “nas rayas de Portugal” acham-se dialectos “muyto barbaros” que “quasi que se não pòdem chamar portuguez, mas só os usa a gente rustica daquelles lugares”; o mesmo estudioso pondera o grau de conservadorismo do português sententrional, já que o “dialecto antigo” ou galego-português medieval tinha “muyta parte do Dialecto actual do Minho, Beyra e Tras os Montes” (in Castro, 1991, p. 44). A respeito da informação linguística que nos transmite este autor, Neto (1992, p. 564) afirma que Jerónimo Contador de Argote “considerava Lisboa como padrão”, já que quando “se refere aos traços dialectais (beirões, interamnenses, etc.) fá-lo sempre em relação ao estremenho”.

Igualmente, no século XIX, Francisco José Monteiro Leite, tratando da origem latina de certos pronomes, situa a sua génese na língua “galliziana”, idioma que ele considera “rústico”, mas que partilha com o português uma etapa literária medieval:

Ora, quando não queiramos remontar á origem latina *-il-le, illa, illud*, provindo a forma *el* de *il-le*, podemos basear a sua derivação na lingua *galliziana*, que foi no principio da nossa monarchia quasi uma mesma com a nossa e de que muito se usou em trovas e cantares d’aquelles tempos, e ainda no reinado de D. Diniz, como lingua que então se tinha por mais polida e cortezã que a castelhana. A lingua da Galliza ainda actualmente é idioma rústico, e por isso nunca se elevou á dignidade de lingua nacional e litteraria como succedeu á lingua portugueza (Leite, 1882, p. 33).

Nesta mesma época, foram escritas as palavras que se seguem, de Silveira da Mota, que, ao comentar uns poemas de Rosalia de Castro, tirados de *Follas Novas*, põe em destaque a origem galaica da língua portuguesa, ainda que qualifique de “onomatopeico dialecto” o galego:

Foi a conveniencia de apresentar alguns specimens do estado em que ao presente se encontra, relativamente á literatura callaica, o canoro e onomatopeico dialecto, com que se formou e robusteceu a senhoril, enérgica, harmoniosa lingua de Barros e de Lucena, de Camões e de Vieira, de Luiz de Sousa e de Manuel Bernardes, de Herculano, de Castilho e de Garret (Mota, 1889, p. 179).

Pensamos, enfim, que estas mostras podem dar uma ideia aproximada de como era entendida a língua própria da Galiza pelos eruditos e gramáticos lusitanos. Tornando, pois, à situação que apresentávamos mais acima, isto é, à inexistência de trabalhos linguísticos sobre o galego até à segunda metade do XIX, a desigual informação que podem proporcionar os correspondentes estudos gramaticais portugueses converte-se, na nossa opinião, em relevante material para nos aproximarmos da situação do Galego Médio (séculos XVI–XVIII).⁴ Com efeito, uma grande parte dos fenómenos proscritos pelos autores portugueses continuou a vigorar no galego e mesmo alguns deles são, na actualidade, habituais inclusive na variedade padrão; em ocasiões, também se mantêm, no português contemporâneo, embora como dialectalismos, popularismos ou regionalismos, segundo se verifica se consultarmos a este respeito os trabalhos de Vasconcellos (1928, 1985, 1987), Pires (1913) ou Sequeira (1957), autores que recolhem, ainda no século XX, a maior parte dos fenómenos linguísticos que vamos aqui comentar.

Partindo, pois, deste estado de coisas, as presentes páginas dedicam-se, justamente, ao levantamento de vários desses casos comuns nas duas beiras do rio Minho, algumas delas certamente dignas de nota. Isto vai favorecer a constatação da elementar unidade linguística galego-portuguesa, também em registos dialectais, regionais ou populares.

2. Questões fonéticas

2.1 Flutuação tímbrica das vogais átonas

As vogais inacentuadas galego-portuguesas são, geralmente, muito mais instáveis quanto à sua realização do que as tónicas, ainda que esta característica seja mais evidente no português do que no galego. Na realidade, a termos presente que os textos galegos do século XVIII e XIX proporcionam um exemplário relevante de vogais átonas no galego modificadas pelos sons vizinhos (cfr. Freixeiro Mato & Sánchez Rei & Sanmartín Rei, 2005, pp. 187–204),⁵ surge a pergunta de quando é que esta particularidade pôde começar a detectar-se em ambos os lados das margens do Minho. No que se refere à assimilação vocálica, e em particular à harmonização, a questão por enquanto parece ficar parcialmente respondida com as observações de Duarte Nunes de Leão, que já registava esse traço da língua oral:

Porque dizem muitos *rindeiro*, *vindeiro*, *vistido*, não respeitando aos primitivos. Porque se *renda* se escreve com *e*, necessariamente, se há-de escrever assim: *rendeiro*, que é seu derivado. E se dizemos *veste* e *vestimenta*, assim *vestir* e *vestido*, e assim de *venda*, *vendeiro*. E como dizemos, *pele*, também diremos *peliteiro*, e *pelica*, e não *pilica*, nem *piliteiro* [...]. E de *gemer*, diremos *gemido*, e não *gimido*. E como dizemos *pedir*, de *peço*, diremos *petição*, e não *pitição*, *pedinte*, e não *pidinte*. E de *ferir*, diremos *ferimento* e *ferida*, e não *firimento* e *firida*. E *mealha*, diremos *mealheiro*, e não *mialheiro*. E de *meço*, *medes*, *medida*, e não *midida*. E de *mento*, *mentes*, *mentira*, e não *mintira*, posto que também digamos, *minto* e *mintes* (in Buescu, 1983, p. 142).

O fenómeno continuou a existir nos séculos seguintes, como o demonstra o facto de Madureyra Feyjó, na sua listagem de “Erros communs da pronunciaçam do vulgo, com as suas emendas em cada letra”, incluir palavras como *abasticido* (Madureyra Feyjó, 1734, p. 163), *mixiricar* (1734, p. 399), *pilriteiro* (1734, p. 436), *pitição* (1734, p. 437), etc. E durante o século XIX, não faltaram vozes portuguesas que sancionavam a mencionada assimilação, como fez Barboza (1830), ou mesmo Tristão da Cunha Portugal, quem, imitando Madureyra Feijó, condenou popularismos do tipo *aconticido* e *aconticimento* (Portugal, 1856, p. 97), *acriditar* (1856, p. 98), *dibilidade* e *dibilitar* (Portugal, 1856, p. 146), *didicação* (1856, p. 147), etc. Também Leite (1881, p. 243) voltaria a deixar referido que os “algarvios pronunciam *pidaço*, *pidir*”, a basear-se, muito provavelmente, nas anotações de Barboza (1830, p. 50–55), o qual, analisando os “Vícios da Pronunção”, tinha notado, igualmente, formas como *pidaço*, *cigueira* ou *pidir* nas gentes do Algarve. No galego, conforme informa Saco Arce (1868, p. 152), também se acham análogas evoluções, consoante indicava o clérigo de Ourense na segunda metade do século XIX:

Con el objeto de facilitar la pronunciación de las palabra, el dialecto gallego muestra cierta propensión a asimilar las vocales en sílabas conjuntas, ejerciendo la vocal acentuada cierta atracción sobre la sílaba y aun sílabas precedentes [...]. Esto sucede como más frecuencia en la conjugación, en varios monosílabos y en las derivaciones. Asi de *temo* salen el imperfecto *timia*, perfecto *timin*, imperfecto de subjuntivo *timiria*, participio *timido*, en cuyas dicciones se observa el cambio de la vocal radical *e* en *i* por la atracción que en ella ejerce la *i* acentuada de la desinencia.

Também não se podem descurar alguns comentários de carácter gramatical ou lexical que fez Pérez Ballesteros ao seu *Cancioneiro*. O compilador, que em muitas ocasiões proporciona certo tipo de informação ou aclaração linguística em anotações a rodapé, deixou de manifesto que tal tendência vigorava no galego popular; falando do caso da palavra *estrelina*, que se documenta nuns versos (*Estrelina d'o Luceiro / ti ben o has de saber*, CPG, vol. II, p. 245), adiciona as seguintes palavras,

embora sem qualquer vontade normativa ou prescritiva: “Se dice *estrelia* y *astrelia*” (CPG, vol. II, p. 245, n. 2).

À margem da harmonização, a instabilidade geral do vocalismo átono protagonizou, igualmente, alguns apontamentos por parte dos estudiosos lusitanos. Pelo menos desde os anos finais do século XVI sabemos que se tem constância de tais alterações tímbricas, a nos guiarmos pelo testemunho de Duarte Nunes de Leão; o autor, criticando certas pronúncias populares, não hesita em defender as formas canónicas: “Assim que, ainda que da vulgar gente vejamos, que está recebido escreverem-se doutra maneira, como não devem, atrevamo-nos a os escrever como devem, sem medo, e por *memposteiro*, digamos *mamposteiro*, por *sorodio*, *serodio*” (in Buescu, 1983, p. 146). Se isto acontecia já nos inícios da Idade Moderna, e se graças aos autores do século XIX temos informações sobre o mesmo fenómeno, tanto na Galiza (cfr. Freixeiro Mato & Sánchez Rei & Sanmartín Rei, 2005, pp. 189–194) quanto em Portugal (cfr. Barboza, 1830, p. 51, que recolhe formas como “*Antre*, *Precurador*, *Proluxo*, *Rezão*”), surge a lógica suspeita de que, durante os séculos intermediários, tais fenómenos deviam ser habituais na fala popular e familiar lusitana, e, por tanto, também na fala popular e coloquial galega. Com efeito, os estudiosos dessa época sancionam variantes como as seguintes, ainda que algumas delas se possam achar em textos literários dos séculos precedentes: *somana*, criticada por Bento Pereira (cfr. Vázquez Corredoira, 1998, p. 97), *afforvorar* (Portugal, 1856, p. 100), *affegurar* (1856, p. 100), *decrépeto* (1856, p. 147), *porsuadir* (Madureyra Feyjó, 1734, p. 437), etc., todas elas, ou formas equivalentes, presentes na literatura do século XIX na Galiza.⁶

2.2 Fenómenos de adição ou supressão vocálicas

O acrescentamento de fonemas vocálicos átonos (prótese, epêntese, paragoge) ou a sua supressão (aférese, síncope, apócope) constitui outro dos traços que mais serve para delatar o estilo popular ou coloquial. Durante o século XIX vão documentar-se abundantemente estes fenómenos, ajudados pelo facto de o galego se manter à margem do cultivo académico, chegando às vezes a converter-se numa marca de estilo diferencialista a respeito do espanhol.⁷ No que se refere ao português, também se detectam esses usos, pois a oralidade popular gosta igualmente de promover os sobreditos resultados; mas, neste caso, contamos com a rejeição dos gramáticos a tais fenomenologias, coisa que não se produziu no galego.

Em primeiro lugar, quanto ao acrescentamento de uma vogal em posição inicial absoluta, ou prótese, Barboza (1830, p. 53) salientava atinadamente que “o Povo rustico accrescenta hum *a* ao principio de muitas palavras, e outras consoantes pelo meio dellas, pronunciando: *Adeão*, *Alanterna*, *Avoar* [...] em lugar de *Deão*, *Lanterna*, *Voar*”, e fazia-o expondo uns exemplos posivelmente tirados

de Duarte Nunes de Leão.⁸ O facto de se acrescentar uma vogal antietimológica, geralmente *a*, é um fenómeno bem atestado na literatura decimonónica galega e é, igualmente, conhecido pela língua popular portuguesa, como o verificam as antecitadas críticas de Barboza. Exemplos há em que se atesta essa nova sílaba, cal *abastar* (Portugal, 1856, p. 125), *ateymar* (Leite 1882, p. 137), *ametade* (1882, p. 137), *alampada* (1882, p. 137), *abaixar* (1882, p. 137), etc., e o mesmo se poderia afirmar para o galego a termos em conta o indicado em Valladares (1970, p. 34), onde figuram vocábulos como *amenta*, *afusilar*, etc. E pela mesma época em que Monteiro Leite atirava em Portugal setas contra o alvo protético, Pérez Ballesteros, na Galiza, limitava-se a deixar constância dessa tendência na língua oral com os seguintes termos, empregados para comentar uma quadra tradicional; a notazita, embora confunda esse *a* protético com uma preposição, não perde, no entanto, o seu interesse:

Divertirse, generalmente lleva antepuesta la preposición *a*, sin que se altere su significado, y lo mismo sucede con otros verbos, como bafar, lembrarse, regañar, semellar; de aquí el que se diga *abafar*, *arregañar*, *asemellar*, etc.” (CPG, vol. I, p. 82, n. 1).

Por outro lado, a anaptixe, uma tipologia especial de epêntese que consiste na intercalação de uma vogal *e* ou *i* em grupos cultos tipo *ad->ade-* ou *adi-*, é uma característica considerada, mais uma vez, como própria dos linguajares rústicos por parte dos linguistas portugueses. Portugal (1856, p. 99), por exemplo, inclui formas do tipo *adeministrar*, paralela às que considera Saco Arce (1868, p. 20), como *adequirir* ou *adivirtir*, *adimirar*, etc.

Outro dos fenómenos de adição de um fonema vocálico é a paragoge, que acrescenta um *e* a uma sílaba final, com a conseqüente conversão da palavra em paroxítone. O fenómeno, largamente documentado na língua oral e mesmo literária do galego decimonónico (cfr. Freixeiro Mato & Sánchez Rei & Sanmartín Rei, 2005, pp. 198–199), também se atesta na oralidade lusitana, como o demonstram os exemplos que expõe Leite (1882, pp. 137, 146) de *Martyre*, *facile*, *difficile*, *portale*, *anzole*, *annele*, *burile*, *azule*, etc., ou Portugal, em casos como *abominávele* (1856, p. 95), *amirávele* (1856, p. 99), etc. Dos equivalentes galegos, que já se podem achar no século XVIII,⁹ explicava Saco Arce (1868, p. 20) que aparecem para fazerem “mas blanda la cadencia final”, em cujo caso “suele añadirse tambien la *e* al fin de toda palabra terminada en consonante, cuando en ella concluye el período ó se hace alguna pausa en la pronunciación, como *álbore*, *ánxele*, *fácile*, *poise* [...], *andare*, *mullere*, *male*, *pace*”. E em nota de rodapé o clérigo ourensano também afirma que os que

hablan con demasiada lentitud, la usan hasta en pausas que no proceden de la separación entre las oraciones, como tambien en palabras terminadas en vocal

aguda ó diptongo: v. g., *acáe*, por *acá*, *éue* por *eu*, *yo*; *dóue*, por *dou*, *doy*. Creemos que esto último no debe ser imitado por escrito. En lo primero podrá dispensarse alguna vez, en especial con palabras como *pois*, que, aunque no es final de oracion, se oye á todos momentos pronunciar *poise*” (Saco Arce, 1868, p. 21, n. a).

Ora bem, o fenómeno de adición vocálica mais relevante talvez seja a epêntese, e em especial a intercalação de um [j] entre duas vogais em hiato, pois essa interposição acabou por se incorporar à variedade standard portuguesa em determinadas situações. Teyssier (1994, p. 45) indica que formas como *creio* ou *candeia* “aparecem esporadicamente desde o século XVI, mas [...] só vão predominar definitivamente na escrita no século XIX. Para o caso do galego, o acrescentamento desse iode antihiático é um fenómeno bastante estendido, ainda que só, como indica Ferreiro (1999, p. 210), a nível dialectal. Já no século XIX, Saco Arce (1868, p. 142), considerando o [j] como uma consoante, manifestara tratar-se de uma “consoante eufónica”, já que tem por objecto conservar a eufonia, impedindo o hiato; algumas mostras provenientes dos textos literários do “Rexurdimento” (Ressurgimento) galego são, por exemplo, *chapeyo*, *da yalma*, *cheyo*, *doyo*, *a yalma*, etc. (cfr. Freixeiro Mato & Sánchez Rei & Sanmartín Rei, 2005, p. 203, de onde tirámos estes casos de iode epentético).

Mas tal semiconsoante, na linha do exposto por Teyssier, demorou algum tempo a ser totalmente aceita, pelo que não é raro acharmos apontamentos que condenam as sequências hiáticas por antigas, erradas ou por ficarem à margem da norma lisboeta. Assim, em meados do século XVII Bento Pereira sanciona formas como *rodeo*, *alheo* ou *cheo* (in Vázquez Corredoira, 1998, pp. 96–97), que emenda com *rodeio*, *alheio* o *cheio*. Na mesma linha, António José dos Reis Lobato expressar-se-ia nos seguintes termos, a ponderar o arcaísmo da solução com hiato: “Tambem pela mesma causa se acrescenta modernamente ás dicções, que em outro tempo terminavão em *êa* e *êo*, a vogal *i*, escrevendo-se *areia*, *baleia*, *cadeia*, *cheio*, *correio*, *feio*; e não *arêa*, *balêa*, *cadêa*, *chêo*, *corrêo*, *fêo*, &c.” (in Assunção, 2000, p. 563). E, igualmente, continua a assinalar o mesmo autor:

O dithongo *ea* com accento circunflexo no *ê*, com que antigamente escrevião varias dicções, se trocou no dithongo *ei* antes do *a*; como *areia*, *cadeia*, *creia*, *leia*, &c. que noutro tempo se escrivião: *arêa*, *cadêa*. *crêa*, *lêa*, &c. A mesma mudança se faz no dithongo *eo* para *ei* antes de *o*; escrevendo-se *correio*, *feio*, *ateio*, *rodeio*, e no *corrêo*, *fêo*, *atêo*, *rodêo*, &c. Por este modo se ficarão distinguindo as primeiras pessoas de alguns verbos no presente do indicativo, das terceiras do preterito perfeito; como *eu creio*, *eu leio* de *elle creio*, *elle leio*, &c. (in Assunção, 2000, pp. 601–602).

Quanto aos fenómenos de eliminação de um fonema vocálico, temos de salientar, antes de mais, a aférese, que é a supressão em posição inicial absoluta, tanto de

uma única vogal (*amarelo*>*marelo*; etc.) quanto de uma sílaba (*miña nai*>*ña nai*; *estar*>*tar*; etc.). Contamos com referências a ela nas obras lusitanas, como se ve já em Duarte Nunes de Leão (in Buescu, 1983, pp. 163–168) ao rejeitar *mancipado*, *menagem*, etc., ou, dois séculos depois, em Freire (1842, parte 2^a, p. 112), que dizia que “*Padrinhar* se acha escripto em não poucos Auctores do seculo passado; mas *apadrinhar* é hoje pronunciação mais segura”; ou também em Portugal (1856, p. 101), que afirmava que “*Ainda*, mais usado do que *inda*, é um adverbio, que significa tempo, e outras cousas. *Ainda que*, *aindagora*, alguns por abreviatura dizem: *indaque*, *indagora*”. Estabelece-se novamente aqui um correlato entre galego e português, pois aquele conhece este fenómeno amplamente, como o demonstra o facto de que Valladares (1970, p. 34), a basear-se em Saco Arce, expõha formas como *gallas*, *lacena*, *tizar*, *certar*, *maginar*, etc.

Mais um outro caso de eliminação vocálica é a síncope, de que já se têm exemplos no *Appendix Probi*,¹⁰ e que consiste na queda de uma vogal pretónica (*esperanza*>*espranza*) ou postónica (*árbore*>*arbre*), como aparece nos seguintes exemplos rejeitados por autores portugueses: *esprito* e *esprital*, de Duarte Nunes de Leão (Buescu, 1983, p. 165), *prigar* (Madureyra Feyjó, 1734, p. 436), *prigo* (1734, p. 436), *adrezar* (Portugal, 1856, p. 98), *adultra* (1856, p. 99), etc. Observe-se que, durante o século XIX, na Galiza, estas e homólogas evoluções têm uma grande atesação nos textos literários, o que deve ser posto em relação com uma sua provável existência nesses séculos, XVI–XVIII, em que o país galego carecia de gramáticas ou manuais de carácter linguístico e em que não havia indicações neste sentido (cfr. Freixeiro Mato & Sánchez Rei & Sanmartin Rei, 2005, p. 198, trabalho em que figuram casos de síncope).

Por outra parte, mudando agora a supressão ocasional de um núcleo silábico átono pelo acontecido nas margens prenucleares, é digno de nota podermos confrontar a situação do galego com a do português, nomeadamente no que diz respeito aos resultados dos grupos iniciais QUA- e GUA- latinos: o galego comum eliminou a semiconsoante velar, que se mantém actualmente na faixa oriental do país, ao passo que o português concedeu preferência à manutenção da semiconsoante, embora dialectal e popularmente não estão sem exemplo análogas reduções. Pelo menos desde os primeiros anos do século XVI é que se pode pressupor essa redução no âmbito galego-português, a termos em conta as observações de Duarte Nunes de Leão:¹¹

Que reduzamos a melhor escritura muitas dicções, que, sendo latinas e estando incorruptas em muitas sílabas, e algũas em todas, tirada a da terminação, lhe tiramos suas letras, como são estas: *calidade*, *cantidade*, *contia*, *nunca*, *cinco*, *ca*, *acolá*, *como*, advérbio interrogativo, havendo de dizer: *qualidade*, *quantidade*, *quantia*, *nunqua*, *cinquo*, *qua*, *aquolá*, *quomo* (in Buescu, 1983, p. 141).

Ora, instruir o povo na dicção considerada mais correcta não deve ter sido uma tarefa fácil, sobretudo para os ensinantes, que de seguro achariam dificuldades para transmitirem a “correcta” expressão em língua portuguesa. Tal se pode deduzir do seguinte trecho, proveniente de um diálogo de carácter didáctico de João Pinheiro Freire da Cunha, escrito em finais do século XVIII: “muitos erraõ, e se equivocaõ: pelo que principiaõ por Q, e não C, *Qualificar*, com os seus derivados. E também: *Quadragesima, Quadrilha, Qual, Quando, Quantidade, Quanto, Quarenta, Quaresma, Quarteiraõ, Quartilho, Quotidiano, &c.*” (Cunha, 1770, p. 109–110).

Notemos que formas como *coresma*, com redução [wa]>[o], já fora advertida por Duarte Nunes de Leão (in Buescu, 1983, p. 164). Do mesmo modo, os textos de António José dos Reis Lobato deixam transparecer essa redução, concretamente no caso de *calificar* e *qualificar*, pois “ha notavel variedade no modo de escrever as mesmas palavras; como são, alem de muitas outras, as seguintes: *calificar* e *qualificar* [...]” (in Assunção, 2000, p. 564, n. 1). E Jeronymo Soares Barboza, por sua vez, não pôde deixar de atacar essa evolução popular, manifestando, junto a algum caso de aférese, que “o mesmo Povo rustico tira muitas vezes as vozes precisas ás palavras, pronunciando *Cal, Calidade, Maginação* por *Qual, Qualidade Imaginação*” (Barboza, 1830, p. 53); neste mesmo gramático é que deve ter-se inspirado Leite (1881, p. 244) quando critica o mesmo fenómeno com exemplos quase idênticos: “*cal, cantidade, magem*, em vez de *qual, quantidade, imagem*”.

2.3 O consonantismo

Para além dos casos que afectam o vocalismo, os que atingem o consonantismo merecem, por sua vez, umas notas específicas. Sem entrarmos em fenómenos já suficientemente tratados, como por exemplo a inexistência do fonema labiodental vozeado /v/ nalgumas regiões do norte de Portugal e na totalidade da Galiza, o que já foi detectado em finais do século XVI e também posteriormente,¹² gostaríamos de fazer uma primeira chamada de atenção sobre a comum rotatização nos grupos cultos -CL-, -FL- e -PL-. Nestes, a língua popular da Galiza e Portugal mostra uma forte tendência para converter a consoante lateral na vibrante simple, fenómeno que, no caso galego, já foi advertido na época do Rexudimento por Saco Arce (1868, p. 251) em casos como *enframado, pusibre* ou *enxemplo*, e que conta com numerosos exemplos na literatura galega desse século.¹³ Deste modo, formas como *framengo* (Freire, 1842, parte 2ª, p. 30), *prantada* (1842, parte 2ª, p. 119), *acramar* (Portugal, 1856, p. 97), *acrarar* (1856, p. 97), *afframar* (1856, p. 100), *afflicção* (1856, p. 100), *affrigir* (1856, p. 100), *decramação* (1856, p. 146), *decramações* (1856, p. 146), *decramar* (1856, p. 146), *decrarar* (1856, p. 146), *decrimar* (1856, p. 147), etc. são propositadamente proscritas da variedade padrão lusitana, ao passo que na Galiza, não existindo na altura um modelo linguístico, formas equivalentes

não vão conhecer nenhum freio academicista que as identifique como vulgarismos ou como popularismos: em finais do século XIX, Valladares (1970, p. 23), por exemplo, considera legítimas vozes como *brasfemar*, *contemprar*, *grobo*, *groria*, *pranta*, *pruma*, etc., que não são senão rotatizações da língua popular, análogas às criticadas pelos autores portugueses.

Um outro fenómeno fonético consonântico muito presente na língua popular é a metátese, que consiste normalmente na inversão de um fonema no interior da palavra, quer seja dentro da mesma sílaba, quer mudando para uma outra diferente. Duarte Nunes de Leão (in Buescu, 1983, pp. 163–168) incluía palavras “erradas” do tipo *agardecer*, *emprovecer*, *farnesia*, etc., com o que se demonstra que o fenómeno vem de antigo. Por sua vez, os estudiosos do século XVIII também proscvem com dureza essa alteração, como ilustram as palavras de Madureyra Feyjó (1734, p. 549):

Outros erros intoleraveis, e indignos de qualquer advertencia, são a transposição das letras, com que pervertem a sua ordem na escripta das palavras, antepondo hūas, e pospondo outras; o que ordinariamente fazem no R, e no L, sem acertarem quando se põem antes, ou depois das vogaes a que se ajuntaõ, porque em lugar de *Carmo* escrevem *Cramo*, antepondo o R ao A. Em lugar de *Pedro*, escrevem *Pedor*, pospondo o R ao O. Em lugar de *Calma*, *Clama*; em lugar de *Flor*, *Frol*; e destas outras muitas de que andaõ cheyas as cartas, e os mesmos traslados.

Do mesmo modo, os gramáticos portugueses do século XIX voltaram a condenar com dureza estas inversões fonéticas, como se evidencia no seguinte trecho de Barboza (1830, pp. 53–54), que afirmava que

o peor vicio de todos, e o que mostra mais rusticidade, he o de *inverter* os sons das palavras, perturbando a ordem de suas Syllabas, e dizer, por exemplo: *Alvidrar* por *Arbitrar*, *Crélgo* por *Clérigo*, *Fról* por *Flôr*, *Contrairo* por *Contrario* [...], *Pouchana* por *Choupana* [...], *Percissão* por *Procissão*, *Preguntar* por *Perguntar*, *Prove* por *Pobre*, e *Socresto* por *Sequestro*, e assim infinitas outras.

Relativamente aos estudiosos galegos, como Saco Arce, Pérez Ballesteros, etc., em ocasiões não tomam partido pelas mudanças acima mencionadas, limitando-se a fazerem constar a dupla existência, o que se converte num claro sintoma da falta de uma variedade considerada padrão. Repare-se, por exemplo, no exposto pelo folclorista Pérez Ballesteros, referido à metátese de *r*, o qual, a anotar uns cantares tradicionais a rodapé, acrescenta apontamentos como os que se seguem:

En otras partes dicen *esquirbirlle* por una transposición de la *r*, muy frecuente en gallego (CPG, vol. II, p. 19, n. 1).

Merlo: *mirlo*. En otras partes dicen *melro*, anteponiendo la *r* a la *l*, como acontece en otras dicciones, como *pelra*, *bulra*, en lugar de perla y burla (CPG, vol. II, p. 25, n. 1).

En gallego es más común decir *esquirbano*, porque la *r* colocada en castellano entre una consonante muda y una vocal, aparece en el dialecto después de la segunda (CPG, vol. II, p. 188, n. 1).

Se dice *merlo* y *melro*: la frase está en sentido figurado (CPG, vol. II, p. 252, n. 1). Se dice *dentro* y *drento* (CPG, vol. II, p. 254, n. 3).

Seja como for, a metátese foi condenada nas gramáticas lusitanas, sobretudo com comentários como o antes exposto por Madureyra ou Barboza, e não parece estranho que os autores da época, incluindo Madureyra, reprovassem também outras palavras como *abracar* (Madureyra Feijó, 1734, p. 163), *abretura* (1734, p. 163), *prefilhar* (1734: 426), *pregunta* (1734: 436), *pronoitar* (1734: 437), *préto* (1794, p. 437), *secresto* (Freire, 1842, parte 2ª, p. 138), *madanella* (1842, p. 24), *estripar* (1842, p. 76), *adromecer* (Portugal, 1856, p. 99), *esbrugar* (1856, p. 164), *escramentado* (1856, p. 165), etc.

Para acabarmos com estas aproximações aos fenómenos da língua popular que se detectam no consonantismo, não podemos passar por alto as soluções que se observam nos fonemas oclusivos em posição pós-nuclear. A tendência espontânea do galego coloquial é suprimi-los, de forma que duas palavras diferentes como *apto* ou *acto*, por exemplo, são habitualmente pronunciadas da mesma forma como [‘ato]. Existe, porém, um outro resultado, que consiste na vocalização do elemento pós-nuclear em [j] ou em [w], amplamente documentado na literatura do século XIX e de uma boa parte do XX, quer por reflectir esse traço da língua popular, quer, também, pela vontade diferencialista a respeito do espanhol.

Mais uma ocasião, em que a oralidade coloquial dos dois países volta a ser coincidente, os estudiosos portugueses vão dirigir uma parte das suas críticas a tais evoluções, como é o caso dos “erros” *aujurar* que assinala Madureyra Feijó (1734, p. 163) ou como os recolhidos por Portugal (1856, pp. 96, 98) *ausoluto*, *ausurdo*, *austinente* ou *actuar*, “pôr em acto”, que se diz “commummente *autuar*”. Também no século XVIII se acham dados sobre a existência deste fenómeno vocálico, em ocasiões comentado não sem certo matiz irónico:

Ação [termo forense] e não *aução*, postoque se ache a cada passo nas *Ordenações do Reino*. Está inteiramente antiquada, e só no vulgo tem uso (Freire, 1842, parte 2ª, p. 41).

Mentecauto por *mentecapto* é erradíssima pronúncia do vulgo, pois uma é o contrario da outra. *Mentecauto*, segundo a sua derivação, deve significar homem *acautelado*, prudente e judicioso. *Mentecapto* é que é o homem privado de juízo.

Porem de *mentecauto* na sua significação sobredita ainda não achamos exemplo (Freire, 1842, parte 2ª, p. 105).

3. Questões morfossintáticas

Deixando de parte questões fundamentalmente fonéticas, temos também de comentar, ainda que seja muito brevemente, alguns aspectos da morfossintaxe. Começando pelas flexões no âmbito nominal, convém notarmos que, desde pelo menos o século XIX, se tem constância no galego da existência de conversões de advérbios em adjectivos através da adição do morfema de número, especialmente na forma *lonxe*, que muda para *lonxes* (Freixeiro Mato & Sánchez Rei & Sanmartín Rei, 2005, p. 295).¹⁴ Ainda que se trata, como se pode deduzir, de um fenómeno da língua popular, interessa salientarmos o seu testemunho também no português, como faz Leite (1881, p. 209, n. 1): “Usamos ás vezes do advérbio *perto* como substantivo, e *longe* como substantivo e adjectivo, ex.: –Tem melhores os *longes* do que os *pertos*. Percorrer *longes* distancias”.

Outra das mais interessantes mostras morfossintáticas, a nosso ver, consiste nas conhecidas construções pronominais com redobro de clítico, do tipo *Conteille o acontecido ao teu amigo*, *Deille un libro ao teu pai*, etc., em que o clítico, morfema verbal, marca a concordância entre o verbo e o tipo de complementação que exige. Este tipo de estruturas vigora no galego actual, como também no do século XIX, mas não é o caso da variedade padrão lusitana de hoje em dia, que prefere estruturações como *Contei o acontecido ao teu amigo*.¹⁵ No entanto, para o caso do português, dispomos do testemunho de Francisco José Freire, que, nos anos finais do século XVIII, clarificava que tais construções não eram senão “graças” da língua, tirando-lhes a carga pejorativa de serem consideradas “redundantes”:

Chamam igualmente redundancia a estoutro modo de fallar: “*Deram-lhe* a Pedro, devendo-se dizer *deram* a Pedro: elle *via-nos a nós*, postoque nós o não *víssemos a elle*, bastando que se dissesse “elle *via-nos* postoque nós o não *víssemos*”, &c. Porem os que fallam do primeiro modo tem sempre em seu favor a Vieira [...]. No tom. 5 pag. 314 diz tambem: “*Deram-lhe* a S. Gonçalo” &c. E no tom. 7. pag. 39. “Elle *via-nos a nós* em quanto Deus.”. Estes modos de falar, longe de serem redundancias, são graças da indole da nossa lingua (Freire, 1842, parte 3ª, p. 123).

Igualmente, no âmbito dos pronomes pessoais, existem no galego moderno uns usos do pronome átono de acusativo acompanhando verbos que não regem este tipo de complementação, considerados tradicionalmente como intransitivos (*ir*, *vir*, *estar*, etc.). Assim, em construções como *Aí as veñen* ou *Velaí o vai*, o clítico funciona como um índice funcional do sujeito, empregado para, ora em catáfora,

ora em anáfora, identificar uma FN. A sua génese já está atestada no século XVII, num romance das Festas Minervais (*SEI*, p. 35) e n' *A Contenda dos labradores de Caldelas* (*SEI*, p. 90), daí que não seja estranho que se possa documentar no século XVIII para o português: “*Elle vai* e não *eilo vai*, quer Bluteau que se diga, mas não procede coerente, porque tratando do adverbio *eis*, diz ‘*Eilo aqui, eila aqui*’ &c. Assim é que se deve pronunciar” (Freire 1842, parte 2ª, p. 68).

Outas tipologias de pronomes também merecem um comentário, como é o caso dos demonstrativos. Como afirmávamos noutro lugar (Sánchez Rei, 2002ª, pp. 76–77), desde finais da época medieval começa a aparecer um sistema de dêicticos compostos, do tipo *estoutro*, *essoutro* e *aqueloutro*, que se mantiveram, em geral, nas duas beiras minhotas até à época contemporânea. Para o caso do galego, tais pronomes continuam a ser operativos dentro do funcionamento gramatical, a indicarem habitualmente uma referência contraposta em relação aos simples; no caso do português, contrastivamente, deixaram de circular pela linguagem corrente já no século XIX, pelo que não é de estranhar que Vasconcellos, nos primórdios do século seguinte, se referisse a eles a salientar já o seu carácter secundário no idioma:

Com *esse*, *aquelle*, etc. concorrem *ess'outro*, *aquell'outro*, fôrmas compostas que realçam a ideia contida nas fôrmas simples. Os antigos escreviam *essoutro*, e essa forma foi outr'ora tão popular, que no Alentejo se diz ainda *sôtro dia* = *essoutro dia*, e em mirandês e no fallar popular do Alto-Minho é corrente *sôtro* a par de *ôtro* [...]. Hoje na lingoa culta diz-se e escreve-se geralmente *esses outros*, *aquelles outros*, mais o clássico é *ess'outros*, *est'outros*, *aquell'outros*, e assim por diante (Vasconcellos, 1911, pp. 376–377).

Mas se isto acontecia no alvorejar do XX, a situação em épocas anteriores era diferente, como o parece demonstrar o facto de que os gramáticos portugueses da altura os inventariassem nos paradigmas pronominais, como Antonio José dos Reis Lobato, que lhes dedicou estes comentários:

Do mesmo modo de ajunta o adjectivo *Outro*, *Outra* aos pronomes *Este*, *Esse*, *Aquelle*, pois dizemos *Estoutro*, *Essoutro*, *Aquelloutro*, pronunciando ambas as palavras, como se fossem huma só, por se absorber na pronunciação o *e* final dos ditos pronomes” (in Assunção, 2000, pp. 180–181, n. a).

Por outra parte, dentro também dos pronomes demonstrativos, convém referir-nos aos usos populares de *aquel* e *aquela* como substantivos de indeterminação, muito habituais no galego (Sánchez Rei, 2002b). O português actual parece desconhecer, ao menos na sua norma padrão, tais usos de *aquel* e *aquela* com valor de substantivos polissémicos, mas apresentava há uns anos o feminino (e em menor medida o masculino) com semelhante distribuição de usos; assim o expus nos

anos finais do XIX e primeiro quartel do século XX Vasconcellos, quando, abordando os principais traços da língua setentrional lusitana, apontava a sua existência: na fala popular de Ponte Lima, *aquela* “significa *cousa*. Isto é: *uma aquela* pôde ser *uma tesoura, um dedal, uma festa, uma desordem, etc.*”, acrescentado que na “Beira Alta usa-se *aquela* no sentido de *fulana*, ex.: *Ó S.^a aquela*” (1928, p. 62); aliás, tratando a “linguagem vulgar do Porto”, anota que em “flagrante apanhei uma vez esta frase: ‘*foi o aquelle*’, onde *o* determina mais o pronome” (1928, p. 141); na mesma modalidade dialectal portuense, documenta “*aquella*, Na frase: ‘não me faz *aquella* nenhuma’, isto é, ‘não me faz trastorno, dúvida” (1928, p. 146); etc. Mais uma vez, os linguajares populares galegos e portugueses voltam a coincidir, como ainda parece acontecer na nossa época: veja-se, ainda, Sequeira (1958, p. 142) para a língua falada na região do Baixo-Minho, onde se documentam igualmente os substantivos *aquela* e *aquela* e também o verbo *aquelar*.

Finalmente, o galego conhece ainda na actualidade um uso muito produtivo de regências preposicionais do verbo *ir* + prep. *en*, atestado já no século XIX, e que Valladares (1970, p. 111), por volta de 1892, as rejeitava por as considerar incorrecções. Esta construção, que reúne os valores de *ir a* e *estar en*, unicamente se pode utilizar com o verbo *ir* no presente, com o pretérito imperfeito ou futuro do indicativo com valor de probabilidade, mas nunca com um tempo de carácter perfectivo. É provável que esta tipologia de transitividade preposicionada tenha tido os seus inícios em tempos anteriores, ainda que no caso galego as primeiras verificações procedem do supracitado século. Resulta digno de nota, pois, que tal traço sintáctico seja habitualmente considerado na actualidade¹⁶ como um brasileirismo quando vigora no galego, a pesar de que tal opinião já se acha no XIX: a falar de certas características do português brasileiro, Leite (1881, p. 242) não hesita em afirmar tratarem-se “incorecções grammaticaes” estruturas como “*eu vi ella, eu vou no theatro*, em vez de *-eu vi-a, eu vou ao teatro*”; note-se que já Coutinho (1976, pp. 338–339) discordava com esta tese por tal fenómeno se achar “na antiga linguagem portuguesa”, com o que “se pode averbar este caso entre os falsos brasileirismos”.

4. Questões semântico-lexicais

Por outro lado, não será até à segunda metade do século XIX que se vão publicar os primeiros dicionários galegos, que apresentam, juntamente com as gramáticas, certas características derivadas do percurso histórico do país e dos factores que condicionaram esse percurso. Como se passava com as obras gramaticais, um desses traços é o seu aparecimento tardio relativamente às línguas do nosso contorno, demora também explicável pela situação linguística em que sobreviveu o galego.

Já desde a época da Ilustração se vinha notando a necessidade de o idioma contar com este tipo de trabalhos lexicográficos, como bem demandava o Padre Sarmiento (Pensado, 1974, pp. 27–30). Mas, na verdade, os únicos dicionários publicados na altura foram, cronologicamente, o de Rodríguez (1863), Cuveiro Piñol (1876) e Valladares (1884); por sua vez, a obra de Francisco Porto Rey conheceu a publicação parcelar em fascículos no semanário *Villagarcía-Carril. Periódico Semanal-Satírico-Cómico* no ano 1900, mas a maior parte do dicionário ficaria inédita até à edição de Bugarín López & González Rei (2000).

Para além destes traballos, deveriam também ser citadas outras obras de menores dimensões, como por exemplo o *Vocabulario Gallego-Castellano de Juan Manuel Pintos*, datado por volta de 1865 e publicado em 1992 (Neira & Riveiro 1992) ou o *Nuevo Suplemento al diccionario gallego-castellano publicado en 1884*, feito por Marcial Valladares e só editado em 1992 (García Ares 1992). Igualmente, de modo paralelo a como certas obras literárias incluíam algumas notas ou apontamentos de gramática, diversos textos vão acrescentar no final listagens de palavras traduzidas para o espanhol, de que expomos, a modo de exemplo, o “Catálogo y significación de las voces del sub-dialecto berciano, usadas en este libro”, opúsculo com que se encerram os *Ensayos poéticos en dialecto berciano* de Antonio Fernández Morales (1861, pp. 371–379), ou ainda o “Vocabulario que facilita la traducción de las palabras contenidas en este libro”, apêndice das *Cousas das mulheres* de Xesús Rodríguez López (1895, pp. 199–209).

Em geral, tais obras são produto do conhecimento que existe sobre a língua na altura e carecem da necessária fundamentação científica, se comparadas com contributos posteriores, e inclusivamente anteriores: há mesmo quem diga que todo o labor dicionarístico do século XIX supõe um retrocesso a respeito dos eruditos otocentistas, como Sarmiento ou Sobreira, segundo indica Pensado (1988, p. 56), e esse recuamento afectaria sobretudo a fiabilidade e a exactidão. Por este motivo, resulta interessante às vezes comprovarmos como certo léxico de uso normal no galego, mesmo na actualidade, é considerado arcaico ou desusado por parte dos estudiosos portugueses dos séculos XVI–XIX,¹⁷ o que permite entrever uma distinta sorte nos processos de anovação lexical desenvolvidos nas duas beiras miñotas. Já a *Origem da Língua Portuguesa* (1606) de Duarte Nunes de Leão contém um capítulo (“De algúns vocábulos antigos portugueses que se acham em escrituras e sua interpretação”; cfr. Buescu, 1983, pp. 291–294) em que se condenam como arcaicas determinadas palavras,¹⁸ como *agro* (por *campo*), *falha* (por *falta*), *nenhures* (em vez de *nenhum lugar*), *peró* (por *portanto* ou *mas*), etc.

Obviamente, não seria o único autor em proscrever formas consideradas antigas. À margem do conhecido *Elucidário* de Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo (Fiúza 1993), durante a segunda metade do século XVIII outros autores dirigiriam as suas setas para os alvos do arcaísmo. Assim, Francisco José Freire pondera que

certas palavras pertenciam a estádios pretéritos da língua, muito provavelmente sem saber que as equivalentes galegas se mantinham perfeitamente vivas no uso; eis alguns exemplos extraídos da “Reflexão 2.^a Sobre o uso de algumas vozes antiquadas.” (Freire, 1842, parte 1^a, pp. 22–32):

Cohirmão valia entre os antigos o mesmo, que entre nós *primo coirmão*; mas hoje é antiquado dizer-se *cohirmão* sem mais outro alguma palavra.

Companha por *companhia* é de Fr. Luiz de Sousa, de Camões no cant. 3 est. 49, e de Barros Decad. 1.^a pag. 63: mais creio que o do P. FR. Luiz de Sousa para diante não se usou mais esta palavra.

Derradeiro era palavra comuníssima entre os escritores do seculo decimo-sexto, e setimo, assim na prosa como no verso. Hoje está quasi antiquada, especialmente em poesia, porque se tem por voz plebea

Queixume foi palavra polidíssima até o fim do seculo decimo-setimo: hoje já não é admitida nem ainda em Poesia, com sentimento daquelles que respeitam [como dizia Jacinto Freire no seu prologo] as veneraveis caãs e ancianidade madura da nossa linguagem antiga.

Note-se que as formas equivalentes galegas (*curmán*, *derradeiro*, etc.) vigoram presentemente, carecendo do estigma de serem arcaísmos, mesmo se podendo expor o título de uma das obras mais relevantes da literatura do século XIX galego, como é o caso de *Queixumes dos pinos*, de Eduardo Pondal, publicada em 1880. A respeito de Freire, e apesar de o erudito rejeitar o uso destas e de outras palavras por antigas, os seus editores, porém, matizariam um século mais tarde as impressões de Freire, no sentido de considerarem que alguns desses termos não eram, na realidade, tais arcaísmos:

O bom juízo do nosso Auctor luta com os preconceitos do seu tempo, que tinham desterrado muitos termos expressivos, de cuja supresso se lastima. Veja-se o que diz de *-queixume* [...] e outros vocabulos tão necessarios para variar a frase, e que a moda então reputava antiquados: não duvidamos hoje emprega-los, e assim outros muitos, em que actualmente ninguem faz reparo; por exemplo *-derradeiro*, *delongar* [...] (in Freire, 1842, notas á parte 1^a, p. 165).

Outrossim, ao ficar praticamente reduzido o galego ao âmbito da expressividade oral dos camponeses e dos marinheiros, que foram os grupos sociais que conseguiram conservá-lo, não é de estranhar que o léxico de carácter popular ou familiar tenha um notável predomínio sobre o léxico formal ou culto, o que transparece mesmo na criação literária. Em 1876, um interessante artigo de Saco Arce, intitulado “Poesía gallega contemporánea. Sus defectos más comunes” e publicado na páginas do rotativo de Ourense *El Heraldo Gallego* (in Hermida, 1992, pp. 105–111) denunciava a proliferação de modismos e de léxico próprio da expressividade popular nos textos poéticos. Mais uma vez, o testemunho dos gramáticos

portugueses pode proporcionar sugestivos dados, como é o caso da informação que achega Duarte Nunes de Leão, que já nos prelúdios do XVI, numa secção capitular denominada “De alguns vocábulos que usam os plebeus ou idiotas que os polidos não devem usar” (in Buescu, 1983, pp. 295–296), rejeita vozes como *falcatrúa* (por *engano*) ou mesmo *maninconia* (com assimilação, em vez de *melancolia*).

Mas, sem oferecer qualquer tipo de dúvidas a respecto do registo em que poderiam detectar-se essas duas e ainda outras palavras do estilo, José Antonio Freire não hesita em considerar popularismos vocábulos não estigmatizados dessa maneira no galego, seguramente pelo diferente desenvolvimento social e cultural da Galiza relativamente a Portugal. Assim, formas como *abalar* (por *fugir*), *adega*, *afazer-se* (por *costumar-se*), *atigualhas* (em vez de *antiguidades*), *apalavrada* (no lugar de *concertada*), *apodrecer* e *podre* (por *corromper-se* e *corrupto*), *arrenegar* (em vez de *apostatar*), *asar* e *assado* (em lugar de *torrar* e *torrado*), *avelhentado* e *avelhentar-se* (por *envelhecido* e *envelhecer*), *beiços* (em vez de *lábios*), *cocegas* (em vez de *titilação que provoca o riso*), *enxergar* (no lugar de *divisar*), *feiticeiro* (por *magô*, *magico*), *nojento* e *nojo* (em vez de *asqueroso* e *damno* ou *embaraço*), etc. (Freire, 1842, parte 3^a, pp. 75–114), ingressam, algumas quiçá sem todo o acerto que seria de esperar, nas tabelas do léxico censurável.

5. Conclusões

Os séculos do Galego Médio (XVI–XVIII) correspondem ao período em que a língua na Galiza e em Portugal percorre caminhos bem distintos, no primeiro caso a manter-se quase exclusivamente no plano oral, por causa da colonização espanhola, e no segundo continuando a ser utilizada, quer no nível escrito, quer na oralidade. Igualmente, é nessa época que a língua é levada por diversas partes do mundo, produto directo dos descobrimentos e da expansão ultramarina desenvolvida pelos agentes coloniais portugueses. Como consequência desse diferente percurso, para o caso da Galiza não se conservam muitos textos desses séculos, o que se torna numa séria dificuldade para podermos aprofundar nas características do galego na altura.

Assim pois, a nossa intenção nas páginas precedentes foi chamarmos a atenção sobre a possibilidade de nos aproximarmos da língua popular galega durante essa época através das gramáticas e dos estudos linguísticos elaborados em Portugal. Carente a Galiza de uma tradição gramatical como a lusitana, o idioma fica conservado no povo, que o falava maioritariamente, e que, precisamente pelo âmbito em que conseguiu sobreviver, apresenta uma grande quantidade de fenómenos linguísticos também atestados em Portugal, mas neste caso reprovados pelos ditames da variedade standard lisboeta. O facto de conhecermos essas

fenomenologias combatidas pelos estudiosos portugueses, quando é que se documentam pela primeira vez, como evoluem, etc., pode muito bem servir-nos de ajuda para nos aproximarmos da situação linguística da Galiza numa época de fechamento em si própria, alienada pela influência espanhola e considerada pelo poder oficial castelhano como mais uma colónia.

Deste modo, com as naturais cautelas, julgamos que o percurso das gramáticas portuguesas, que começa em 1536 na figura de Fernão de Oliveira, pode servir como fonte (in)directa para nos informar do estado da oralidade popular (também) galega, sobretudo quando os seus autores prescreverem fenómenos dos “falares rústicos” ou dialectais: flutuações tímbricas nas vogais, casos de adição e de supressão vocálicas, metáteses, léxico considerado regional ou popular, certos traços morfossintácticos genuínos do galego, etc., estão também presentes no português, ainda que com um status diferente, e mesmo alguns deles podem documentar-se na actualidade, também com parecido rango. A recorrência, enfim, a tais obras, numa época em que a língua própria da Galiza ainda não contava com descrições gramaticais, é, em nossa opinião, fundamental, não só porque pode, de facto, ajudar em certa medida a cobrir um vazio notório, mas também porque aprofunda na elementar unidade linguística galego-portuguesa, aliás mantida nos níveis populares da língua nas duas margens minhotas.

Notas

1. Cfr. também Sanmartín Rei (2003), trabalho centrado nas coordenadas sociolinguísticas do século XIX na Galiza.
2. A respeito dos gramáticos do século XVI em Portugal, cfr. Buescu (1978, 1984) ou Kossarik (2002); no tocante às obras do XVIII manuscritas, cfr. também Menéndez (2002).
3. A partir de afirmações como esta, começa a particular viagem das referências à terminação *-ão / -om* pela literatura linguística portuguesa. Dois séculos mais tarde, Bautista de Castro, por exemplo, salientava a dificuldade da aprendizagem do português por parte de estrangeiros nos termos seguintes: “Attribuem muitos esta dificuldade àquela frequencia do nosso diphthongo *aõ*, corruptamente deduzido do *om* Francez, e Gallego, em que nossos compatriotas antigamente acabavaõ todas as dicções, que hoje terminamos em *aõ*, excepto os da Provincia do Minho, que pela mayor visinhança de Galliza anda claudicaõ nisso” (Bautista de Castro, 1767, p. 198; in Vázquez Corredoira, 1998, p. 95). Um outro exemplo é o que temos na obra de Jerónimo Contador de Argote *Regras da Lingua Portuguesa*, publicada no ano 1725, estudo em que se pode ler um diálogo entre um mestre e o seu discípulo, este indicando que o português do Minho “differe na pronuncia [...]. As letras *ão* pronunciaõ *om*, ao *Não* dizem *Nom*, ao *Pão* *Pom*” (in Castro, 1991, p. 43). Do século XIX podemos citar o testemunho de Barboza (1830, p. 52): “Os Minhotos mudão sempre o nosso Diphthongo Nasal *ão* em *om*, dizendo: *Sujeiçom*, *Razom*, *Amarom*, *Fizerom* em lugar de *Sujeição*, *Razão*, *Amarão*, *Fizerão*”.

4. Obviamente, esta tipologia de información não tira importância aos dados que nos pudermos proporcionar outras fontes documentais, como os textos conservados da altura (por exemplo, a escolma *SEI*), os trabalhos de Sobreira e de Sarmiento ou as obras modernas especializadas (Mariño Paz, 1998, pp. 265–329).
5. Cfr. também Freixeiro Mato (2003), que faz uma caracterización gráfica, fónica e morfossintáctica da língua do século XIX.
6. Cfr. Freixeiro Mato & Sánchez Rei & Sanmartín Rei (2005, p. 173), quando se diz que no galego literário do século XIX essas e outras “alteracións fonéticas acabaron por se converter en ocasións en elementos de estilo ao poderen os autores e as autoras escoller libremente entre varias formas por inexistencia dunha única sancionada como a correcta. Así, de acordo co contexto fónico, coas necesidades de medida ou rima etc., un poeta, por exemplo, podería escoller entre *semellar* ou *somellar*, *cantar* ou *cantare*, *flor*, *fror* ou *frol*, *para* ou *pra*, *árbore*, *arbre*, *albre* ou *álbore*, *imaxinar* ou *maxinar* etc. etc. Esta escolla, realizada por razóns métricas ou eufónicas, por expresividade en fin, entra de cheo dentro da estilística, como tamén entraría se houberse conciencia de desvío da norma, pois escolla e desvío son termos sempre manexados na problemática definición de estilo”.
7. Mesmo em autores secundários da época, como Roxelio Lois ou Galo Salinas Rodríguez, a proliferação de alterações tímbricas do vocalismo átono, de metáteses ou de fenómenos de adição ou de supressão vocálicas chega a ser uma das suas principais características linguísticas.
8. Cfr. Buescu (1983, p. 165), em que se podem ler formas como *adaião*, *agabar*, *alanterna* ou *avoar*.
9. Dizia Sarmiento (Pensado, 1973, p. 45) a comentar um caso de *e* paragógico no advérbio *non*: “*None*, por *non*. No dicen *no-ne*, sino *non-e*”.
10. Cfr. o estudo de Väänänen (1988, p. 329–333), obra em que aparecen casos como *speculum non speclum*, *masculus non masclus*, *vetulus non veclus*, *vitulus non viclus*, *articulus non articlus*, *baculus non vaclus*, *angulus non anglus*, etc.
11. Cfr. também Mariño Paz (1995, p. 62), que afirma, num estudo sobre a língua da obra de Sarmiento *Coloquio de vinte e catro galegos rústicos*, que “nos textos [galegos] dos séculos XVI, XVII e XVIII son xa rotundamente maioritarias as solucións patrimoniais propias do galego común”.
12. Cfr. o seguinte excerto de Duarte Nunes de Leão: “O que muito mais se vê nos Galegos e em alguns Portugueses de Entre Douro e Minho, que por *vós*, e *vosso*, dizem *bós*, e *bosso*, e por vida dizem *bida*. E quase todos os nomes, em que *u* consoante mudam em *b*. E como se o fizessem às avessas, os que nós pronunciamos por *b* pronunciam eles por *v*” (in Buescu, 1983, p. 54); cfr. também o exposto por Jerónimo Contador de Argote, quem manifestava que os minhotos “a letra *V*, consoante pronúnciao como *B*, ao *Vinho* dizem *Binho*; a letra *B* pronúnciao como *V* consoante, ao *Vento* dizem *Bento*” (in Castro, 1991, p. 43); do mesmo xeito, Leite (1881, p. 243) voltaría a se referir a este fenómeno nos finais do século XIX a pór em relevo que os “minhotos trocam habitualmente o *b* por *v* e o *v* por *b*, pronunciando *binho*, *ber*, em vez de *vinho*, *ver*; *vondade*, *veição* em vez de *bondade*, *beição*”.

13. Note-se, no entanto, que a rotatização de *-l-* (>*-r-*) pode também tratar-se de uma continuação da tendência da língua medieval em mudar a lateral pela vibrante. A este respeito, Fonseca (1985, p. 135) considera um traço da língua antiga a “frequentíssima substituição de *l* por *r* sobretudo nos grupos *fl*, *pl*, etc.”. Cfr. também Coutinho (1976, pp. 119–120). Ferreiro (1999, p. 151), por sua vez, salienta que na “língua popular, é frecuente o tratamento semiculto (con rotatización da líquida) de numerosos cultismos en que aparecen estes grupos consonánticos con *l* [...]: CLAMĀRE>clamar>pop. cramar, etc. Con relativa frecuencia, estas popularizaci3ns de grupos cultos foron incorporadas á lingua literaria en períodos en que actuaba con forza o diferencialismo (desde finais do século XIX a mediados do século XX)”.

14. Os exemplos, não exaustivos, que se expõem neste trabalho procedem das obras de Rosalia de Castro, Aureliano Pereira e Á. Vázquez Taboada, autores em que se documentam concordâncias como *lonxes terras* ou *lonxes vilas*.

15. Contudo, ainda que seja certo que esta reduplicação não é muito comum na língua standard da outra beira do Minho, contextos enfáticos e registos de língua populares e dialectais conhecem sequências equivalentes, como se atesta nos seguintes exemplos tirados da literatura tradicional do distrito de Bragança: *já lhe deixo vinte contos a essa infeliz, desgraçada* (RT, vol. I, p. 50); *–Guardai o vosso dinheiro, que me não pertence a mim* (RT, vol. I, p. 85); etc.

16. A respeito da construção *ir en* + FN, cfr. o exposto em Mateus *et al.* (1989, p. 33), onde figura na tabela de divergências entre o português europeu e o americano. Por sua vez, em Cuesta & Luz (1989, p. 558) indica-se que “na língua familiar brasileira, o emprego de *em*” com verbos de movimento é frequente.

17. Para uma caracterização lexical do galego contemporâneo, e nomeadamente o do século XIX, cfr. Sánchez Rei (2003).

18. Cfr. também Leite (1882, p. 147), quem também inclui como “archaismos” palavras como *agro*, *entonces*, *peró*, etc. Do mesmo jeito, resulta útil a listagem de Neto (1992: 478), baseada na língua de Gil Vicente e intitulada “Vocabulos da linguagem popular, geralmente usados no século XVI e alguns ainda hoje vivos”.

Bibliografia

- Assunção, C. (ed.) (2000): *A Arte da Grammatica da Lingua Portugueza de António José dos Reis Lobato*. Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa.
- Barboza, J. Soares (1830) [1822]: *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*. Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa.
- Bautista de Castro, J. (1763) [1757]: *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno*. Tomo I. Off. Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, Lisboa.
- Buescu, M. L. Carvalhão (1978): *Gramáticos Portugueses do Século XVI*. Instituto de Cultura Portuguesa, Lisboa.
- Buescu, M. L. Carvalhão (1984): *Historiografia da Língua Portuguesa*. Sá da Costa, Lisboa.
- Buescu, M. L. Carvalhão (ed.) (1983): Duarte Nunes de Leão, *Ortografia e Origem da Língua Portuguesa*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.

- Bugarín López, M. J. & B. González Rei (eds.) (2000): *Diccionario gallego-castellano. El más completo en su clase, de los publicados hasta la fecha y redactado en vista de los de Don Francisco Javier Rodríguez, Don Juan Cuveiro Piñol y de Don Marcial Valladares Núñez y de gran número de obras de los más acreditados escritores antiguos y modernos. Por Francisco Porto Rey. Contiene infinidad de voces desusadas, tomadas de un sinnúmero de documentos antiguos, gran cantidad de etimologías, modismos, refranes, historiografías, nombres de plantas, animales y el de casi todas las feligresías y aldeas de la región.* Real Academia Galega, A Coruña.
- Cardoso, S. (comp. e org.) (1994): *Historiografía gramatical (1500–1920)*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- Castro, I. (1991): *Curso de História da Língua Portuguesa*. Universidade Aberta, Lisboa.
- Coutinho, I. de Lima (1976) [1938]: *Gramática Histórica*. Ao Livro Técnico, Rio de Janeiro.
- CPG = Pérez Ballesteros, J. (ed.) (1979) [facsimilar da edição de 1885–1986]: *Cancionero Popular Gallego y en particular de la provincia de la Coruña*. Akal, Madrid.
- Cuesta, P. Vázquez & M. A. Mendes da Luz (1989) [1971]: *Gramática da Língua Portuguesa*. Edições 70, Lisboa.
- Cunha, J. Pinheiro Freire da (1770) [s.d.]: *Breve Tratado da Orthografia*. Offic. de Joseph da Silva Nazareth, Lisboa.
- Cuveiro Piñol, J. (1868): *El habla gallega*. Imprenta de José Antúnez y Cía, Pontevedra.
- Cuveiro Piñol, J. (1876): *Diccionario gallego, el más completo en términos y acepciones de todo lo publicado hasta el día, con las voces antiguas que figuran en códices, escrituras y documentos antiguos, términos familiares y vulgares, y su pronunciación. Para la escuela de Diplomática, anticuarios, jueces, abogados, escribanos, párrocos y otras personas á quienes es indispensable su frecuente uso*. N. Ramírez y C^a., Barcelona.
- Fernández Morales, A. (1861): *Ensayos poéticos en dialecto berciano, con una introducción sobre lenguas, dialectos, subdialectos y jergas en general, y el origen del berciano, lengua y dialectos castellanos y gallegos en particular, por D. Mariano Cubí y Soler, autor de varias obras filológicas, fundador de dos colegios literarios, y propagador de la frenología en España*. Establecimiento tipográfico de la Viuda é Hijos de Miñon, León.
- Ferreiro, M. (1999) [1995]: *Gramática histórica galega*. Vol. I. *Fonética e Morfosintaxe*. Laivento, Santiago de Compostela.
- Fiúza, M. (ed.) (1993) [1798–1799]: *Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal Antigamente se Usavam e Hoje Regularmente se Ignoram*. Civilização, Porto.
- Fonsenca, F. V. Peixoto da (1985): *O Português entre as línguas do mundo*. Almedina, Coimbra.
- Freire, F. J. (1842) [redigidas na segunda metade do século XVIII]: *Reflexões sobre a Língua Portuguesa*. Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, Lisboa.
- Freixeiro Mato, X. R. (2003): A lingua literaria decimonónica (II): aspectos gráfico-fónicos e morfosintácticos, in: Maleval, M. A. Tavares & F. Salinas Portugal (orgs.): *Estudos Galego-Brasileiros*. Comunicação, Rio de Janeiro, pp. 79–111.
- Freixeiro Mato, X. R. & X. M. Sánchez Rei & G. Sanmartín Rei (2005): *A lingua literaria decimonónica*. Universidade da Coruña, A Coruña.
- García Ares, M. (ed.) (1992): *Nuevo suplemento al diccionario gallego-castellano publicado en 1884 por Dn. M(arcial) V(alladares) N(úñez), autor de uno y otro, confensando que, entre los vocablos de este suplemento, 250 son debidos a la amabilidad del señor Dn. Manuel Leiras Pulpeiro y 30 a la de los señores Dn. Amador Montenegro Saavedra e Dn. Manuel Pardo Becerra*. 1896. Anexo 4 de *Cadernos de Língua*. Real Academia Galega, A Coruña.

- Hermida, C. (1992): *A reivindicación da Lingua Galega no Rexurdimento (1840–1891)*. Escolma de textos. Consello da Cultura Galega, Santiago de Compostela.
- Kossarik, M. (2002): A tradição portuguesa no contexto da linguística europeia, in: Head, B. F. & J. Teixeira & A. Sampaio Lemos & A. Leal de Barros & A. Pereira (orgs.): *História da Língua e História da Gramática*. Universidade do Minho, Braga, pp. 181–203.
- Leite, F. J. Monteiro (1881): *Subsidios para o Estudo da Lingua Portuguesa*. Typographia Occidental, Porto.
- Leite, F. J. Monteiro (1882): *Nova Grammatica Portuguesa para Uso dos Lyceus e das Escolas Normaes Conforme os Programas Officiaes*. Livraria Portuense de Clavel, Porto.
- Madureyra Feyjó, J. de Moraes (1734): *Orthographia ou Arte de Escrever, e Pronunciar com Acerto a Lingua Portuguesa*. Oficina de Miguel Rodrigues, Impressor do Senhor Patriarca, Lisboa.
- Mariño Paz, R. (1995): Estudio introductorio, in: Mariño Paz, R. (ed.): *Fr. Martín Sarmiento, Coloquio de vinte e quatro galegos rústicos*. Consello da Cultura Galega, Santiago de Compostela, pp. 7–102.
- Mariño Paz, R. (1998): *Historia da lingua galega*. Sotelo Blanco, Santiago de Compostela.
- Mateus, M. H. Mira & A. M. Brito & I. Duarte & I. Hub Faria, (1989) [1983]: *Gramática da Língua Portuguesa*. Caminho, Lisboa.
- Menéndez, F. Miranda (2002): Das ‘Gramáticas Filosóficas’ manuscritas, in: Head, B. F. & J. Teixeira & A. Sampaio Lemos & A. Leal de Barros & A. Pereira (orgs.): *História da Língua e História da Gramática*. Universidade do Minho, Braga, pp. 299–309.
- Mirás, F. (1864): *Compendio de gramática gallega-castellana*. Establecimiento tipográfico de Manuel Mirás, Santiago de Compostela.
- Mota, I. F. Silveira da (1889): *Viagens na Galiza*. Livraria de A. M. Pereira, Lisboa.
- Neira, M. & X. Riveiro, X. (eds.) (1992): *Vocabulario gallego-castellano de Juan Manuel Pintos*. Real Academia Galega, A Coruña.
- Neto, S. da Silva (1992) [1957]: *História da Língua Portuguesa*. Presença, Rio de Janeiro.
- Pensado, J. L. (1988): La lexicografía gallega decimonónica, in: Lorenzo, R. (ed.): *Coloquio de Lexicografía*. Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, pp. 49–56.
- Pensado, J. L. (ed.) (1974): *Opúsculos lingüísticos gallegos del siglo XVIII*. Universidade de Salamanca, Salamanca.
- Pires, A. T. (1913): *Vocabulario Alentejano*. Antonio José Torres de Carvalho, Elvas.
- Portugal, T. da Cunha (1856) [s.d.]: *Orthographia da Lingoa Portuguesa*. Vª J.-P. Aillaud, Monlon e Cª., Pariz
- Rodríguez, F. J. (1863): *Diccionario gallego-castellano*. Imprenta del Hospicio Provincial, A Coruña.
- Rodríguez López, X. (1895): *Cousas das mulleres*. Ricardo Rojas, Madrid.
- RT = Fontes, M. da Costa (ed.) (1987): *Romanceiro da Província de Trás-os-Montes (Distrito de Bragança)*. Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Saco Arce, J. A. (1868): *Gramática gallega*. Imprenta de Soto Freire, Lugo.
- Sánchez Rei, X. M. (2002a): *Os pronomes demostrativos: do latín ao galego contemporáneo*. Monografía 1 da *Revista Galega de Filoloxía*. Área de Filoloxías Galega e Portuguesa da Universidade da Coruña, A Coruña.
- Sánchez Rei, X. M. (2002b): O acrescentamento lexical a partir dos pronomes demostrativos en galego: principais resultados nos testemuños literarios do século XIX, in: Duarte, I. M. & J. Barbosa & S. Matos & T. Hüsgen (orgs.), *Actas do Encontro Comemorativo dos 25 Anos do*

- Centro de Linguística da Universidade do Porto*. Centro de Linguística da Universidade do Porto, Porto, vol. II, pp. 251–267
- Sánchez Rei, X. M. (2003): A lingua literaria decimonónica (III): aspectos do léxico, in: Maleval, M. A. Tavares & F. Salinas Portugal (orgs.): *Estudos Galego-Brasileiros*. Comunicação, Rio de Janeiro, pp. 113–160.
- Sanmartín Rei, G. (2002): *Lendo nas marxes. Lingua e compromiso nos paratextos (1863–1936)*. Espiral Maior, A Coruña.
- Sanmartín Rei, G. (2003): A lingua literaria decimonónica (I): o contexto sociolingüístico, in: Maleval, M. A. Tavares & F. Salinas Portugal (orgs.): *Estudos Galego-Brasileiros*. Comunicação, Rio de Janeiro, pp. 49–78.
- SEI = Freixeiro Mato, X. R. (ed.). (1996): *A Nosa Literatura*. Vol. 7. *Os séculos escuros e a Ilustración galega*. Antoloxía. A Nosa Terra, Vigo.
- Sequeira, F. J. Martins (1957): *Apontamentos acerca do Falar do Baixo-Minho*. Edição da Revista de Portugal, Lisboa.
- Teyssier, P. (1994): *História da Língua Portuguesa*. Sá da Costa, Lisboa.
- Torres, A. (ed.) (1996): Bernardo de Lima e Mélo Bacellar, *Grammatica Philosophica e Orthographia Racional da Língua Portuguesa*. Academia Portuguesa da História, Lisboa.
- Torres, A. & C. Assunção (eds.) (2000): Fernão de Oliveira, *Gramatica da Linguagem Portuguesa*. Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa.
- Väänänen, V. (1988): *Introduccion al latín vulgar*. Gredos, Madrid.
- Valladares, M. (1884): *Diccionario gallego-castellano*. Imprenta del Seminario Conciliar Central, Santiago de Compostela.
- Valladares, M. (1970) [redigida em 1892]: *Elementos de gramática gallega*. Galaxia, Vigo.
- Vasconcellos, J. Leite de (1911): *Lições de Philologia Portuguesa dadas na Bibliotheca Nacional de Lisboa*. Clássica, Lisboa.
- Vasconcellos, J. Leite de (1985): *Opúsculos*. Vol. VI. *Dialectologia*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.
- Vasconcellos, J. Leite de (1987) [1901]: *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*. Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa.
- Vasconcellos, J. Leite de. (1928): *Opúsculos*. Vol. II. *Dialectologia*. Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Vázquez Corredoira, F. (1998): *A Construção da Língua Portuguesa frente ao Castelhana*. Laiovento, Santiago de Compostela.

Endereço do autor

Xosé Manuel Sánchez Rei
Universidade da Coruña (Galiza)

sanrei@udc.es